

ATA N.º 3 (REUNIÃO PRIVADA)

ooxxxoo

000

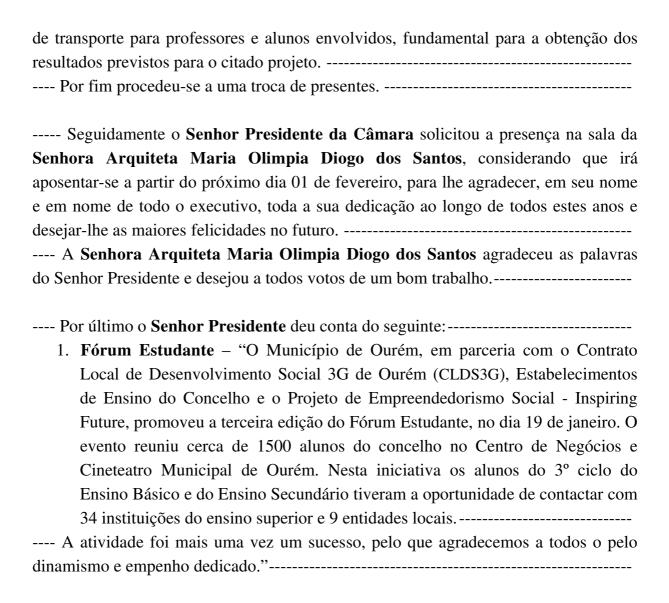
ABERTURA DA REUNIÃO-----

ooxxxoo

000

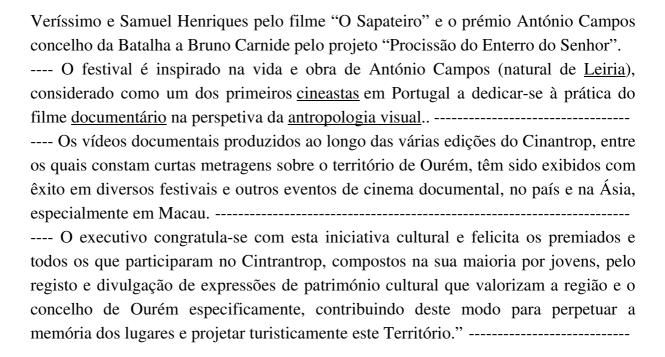
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----



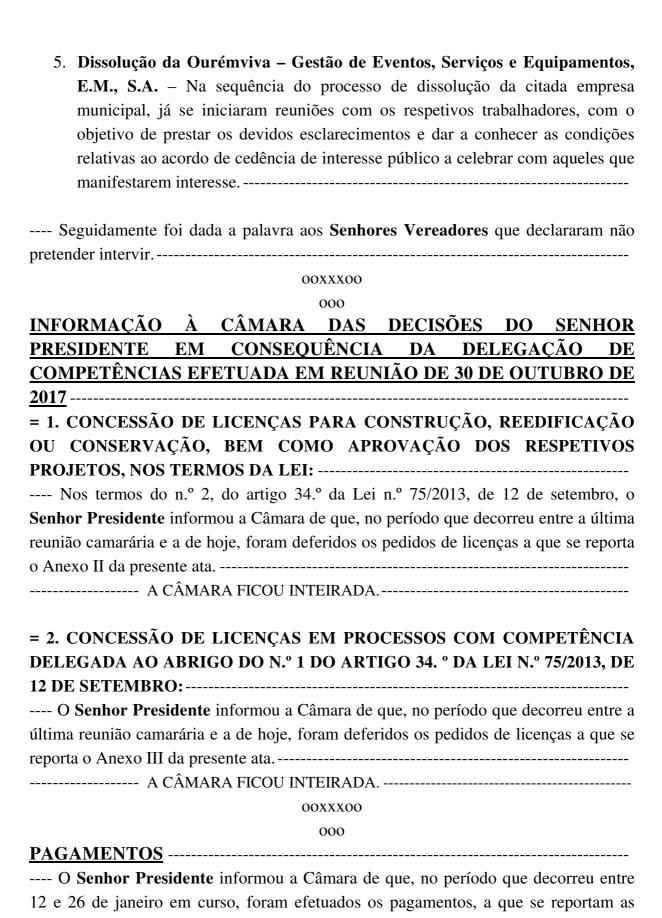


- ---- Dois dos prémios foram atribuídos a trabalhos sobre o concelho de Ourém. O grande prémio António Campos Alta Estremadura foi atribuído ao ouriense Pedro Alves pelo trabalho "Uma ginja diferente", o prémio António Campos Concelho de Ourém aos alunos da Escola Básica e Secundária de Ourém, Albert Dias, Bruno





elementos do grupo de cavaquinhos o nosso obrigado pela amabilidade e contamos convosco para o ano."------





ooxxxoo

000

<u>APROVAÇÃO DE ATAS</u>------

DISTRIBUÍDA POR TODOS OS MEMBROS DA CÂMARA. -----

ooxxxoo

000

CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS

---- A **Autoridade Médico-Veterinária Municipal**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a sua informação n.º 4/18, datada de 22 do corrente mês, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "Para dar cumprimento à Lei supracitada, é necessário o Município optar por duas soluções, a construção e manutenção de um CRO próprio ou em alternativa a adesão a um CRO Intermunicipal, neste caso o CRO Intermunicipal de Proença a Nova, que nos contactos preliminares manifestou a disponibilidade para a adesão do Município de Ourém.

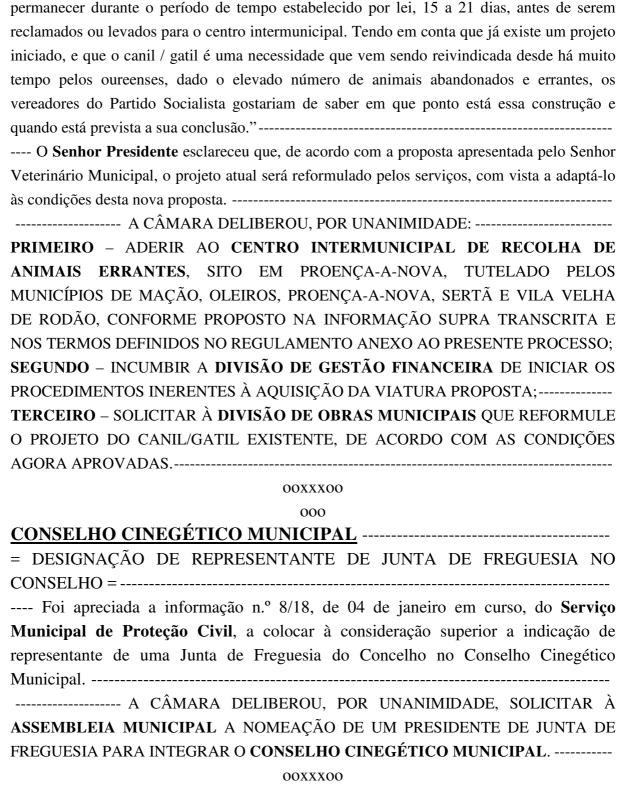


Pelos documentos anexos a esta informação, percebe-se que a adesão ao Intermunicipal é deveras vantajosa. Tecnicamente, é a mais adequada e é a mais económica, uma vez que permite grandes economias de escala pelo número de Municípios aderentes, e porque é aquela que de imediato podemos começar a utilizar, uma vez que o tempo escasseia. Além disso, existe uma excelente relação profissional e pessoal com o meu colega, Dr. Fernando Monteiro, que ocupa a direção deste CRO Intermunicipal o que é sempre uma mais valia. ---------- A Lei 27 determina a proibição de eutanasiar animais por motivo de sobrelotação das instalações, a partir de 23 de setembro de 2018. Este facto, juntamente com a proibição de enterramento dos cadáveres no final de 2018, obrigando à incineração dos mesmos, vai ter um custo muito elevado, e de momento não mensurável, para todos os Municípios, em particular para o de Ourém, uma vez que sempre se procedeu à eutanásia e ao enterramento dos animais. ---- Independentemente da opção tomada, e pelas normas de bem-estar animal em vigor, é necessário adquirir um veículo carroçado para capturas, e para o transporte de animais vivos e de cadáveres, com as características e custos de aquisição que anexo a esta informação. Esta é uma solução amplamente testada, durante 10 anos no Município de Torres Novas, e que a minha colega MVM à data, Dra. Maria de Lurdes, entretanto já reformada, muito amavelmente me fez chegar. Alertou-me para o facto de ser preferível um chassis de propulsão em detrimento de um chassis de tração por motivos de estabilidade e segurança do veículo. --------- No caso da adesão ao CRO Intermunicipal de Proença a Nova, o Município de Ourém teria que construir, aproveitando parte do projeto já realizado pelo Sr. Arq. José Niza, umas pequenas instalações, para alojar cerca de 15 a 20 animais, onde estes permaneceriam 15 a 21 dias antes de serem deslocados para o Intermunicipal. Isto porque é este o período legalmente estabelecido para a reclamação de animais capturados que tenham detentor, e para permitir uma correta gestão do transporte dos animais vivos e dos cadáveres para o Intermunicipal. Esta estrutura deverá possuir 2 arcas verticais de congelação para a conservação de cadáveres. Este equipamento é fundamental até para a preservação de provas, nos casos de crimes contra animais, em articulação com o Ministério Público. --------- À consideração Superior,". ---------- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Cília Maria de Jesus Seixo, que apresentou o

seguinte pedido de esclarecimento, também subscrito pelos **Senhores Vereadores José Augusto Dias dos Reis** e **João Miguel Caldeira Heitor**: "A captura e alojamento de animais são da responsabilidade do município; a adesão ao Centro de Recolha Oficial de Animais



intermunicipal não invalida a construção do canil / gatil municipal onde os animais deverão



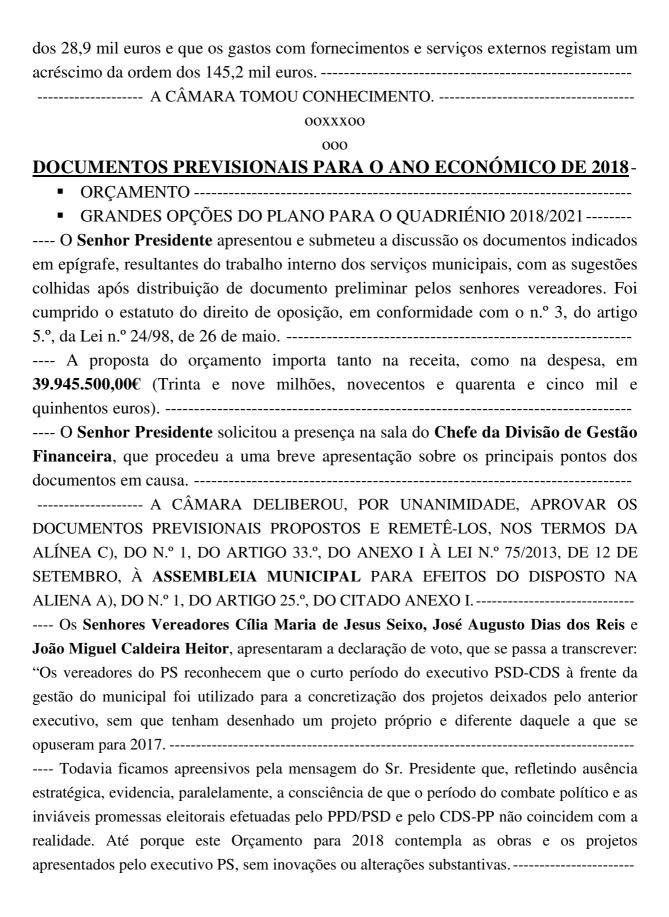


AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO -----

---- Foi apresentada a carta registada sob n.º 664/2018, do Instituto da Conservação

da Natureza e das Florestas, I.P., com sede no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Quinta das Cegonhas – Santarém, a solicitar a emissão de parecer, nos termos do n.º 1, do artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, sobre o pedido de Nuno Luciano de Oliveira Vieira, para proceder à plantação de ciprestedo-buçaco, numa extensão de 0,86 hectares, em Moinhos, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, deste Concelho.--------- O Serviço Municipal de Proteção Civil, ouvido sobre a pretensão, prestou a informação n.º 14/18, de 08 do corrente mês, a anexar o seu parecer desfavorável, de referência 01/RJAAR/2018. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM O PARECER DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E REMETÊ-LO, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF - INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.. ----ooxxxoo 000 OURÉMVIVA – GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, E.M., S.A. -----= RELATÓRIO TRIMESTRAL DE CONTROLO DE GESTÃO – SETEMBRO DE 2017 = ---------- Através do ofício n.º 321/2017, datado de 27 de dezembro transato, a **Ourémviva** - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A., com sede no Edifício do Centro de Negócios, na Rua Melvin Jones, n.º 25, nesta cidade, remeteu o "Relatório de Controlo de Gestão Trimestral", reportado a 30 de setembro de 2017, em cumprimento do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo n.º 42, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho. --------- O Chefe da Divisão de Gestão Financeira, ouvido sobre o assunto, prestou a informação n.º 2/18, de 16 de janeiro em curso, a dar conta de que o citado relatório deve ser remetido ao órgão executivo para conhecimento, salientando um resultado negativo de 106.305,00€, que representa uma variação absoluta negativa de 119.031,00€, se comparado com o valor previsto nos documentos previsionais da empresa municipal. --------- Termina a referir que, observado o período homólogo do ano anterior, verifica-se que os rendimentos com serviços prestados assinalam uma quebra absoluta próxima





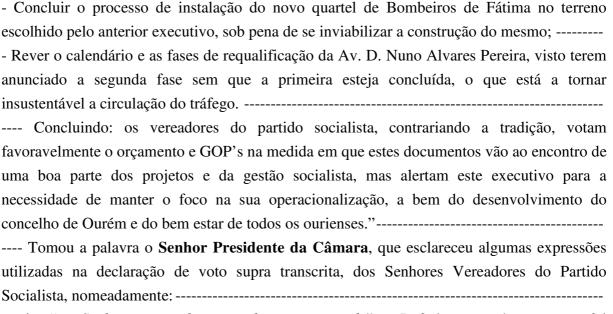


---- É igualmente contraditório que aqueles (vereadores Luís Albuquerque e Maria Isabel Costa) em 2016 tenham utilizado expressões de forte censura ao Orçamento para 2017, tais como: "os senhores não devem andar neste mundo", sejam os mesmos que em 2018, nas funções de presidente e vereadora, optem agora por apresentar um documento em muito semelhante àquele que obteve de V. Exas., enquanto oposição, severas observações criticas e depreciativas.--------- Nessa altura chamaram a atenção para a inscrição de Proveitos que teriam tenras hipóteses de concretização. Porém, agora propõem valores muito próximos daqueles e consideram-nos como "infalíveis". Na época, acusaram a inscrição de Despesas que serviriam apenas para manobras eleitoralistas. Porém, agora, Despesas semelhantes já são consideradas "estratégicas". ---------- Apresentam-nos, portanto, um Orçamento que, como já referimos, está em concordância com os orçamentos apresentados pelo anterior executivo. Nesse sentido e acreditando que seguiram a máxima de que "aquilo que está certo não se mexe pois pode dar errado", os vereadores eleitos pelo PS concordam com o Orçamento apresentado, votando-o favoravelmente. ---------- Um voto favorável, visto contemplar a inscrição do que de positivo foi feito anteriormente, ainda que nestes primeiros meses tenhamos assistido a uma torrente revogatória de projetos que, precipitadamente, este executivo preconizou e que aqui já retoma, face ao valor e à importância estratégica dos mesmos para o nosso concelho. Ainda que estejam a "emendar a mão", incluindo-os neste Orçamento, o seu desenvolvimento, em algumas situações pode estar condicionado face às oportunidades perdidas, como no caso da desistência do projeto de requalificação da Avenida Papa João XXIII, em Fátima que contava com um apoio do governo no valor de 800.000€. ---------- Tal como nas nossas finanças pessoais, temos que fazer opções. O dinheiro não dá para tudo. E são essas opções que, por vezes com muito custo, têm que ser tomadas na execução de um Orçamento. Hoje esse trabalho é-vos facilitado, pois foram criadas condições que possibilitam a realização de um Orçamento que não obriga a priorizar compromissos anteriores. O trabalho realizado nos últimos anos permite agora pôr em pratica um Orçamento que continua a olhar para o futuro sem ter que suportar um ónus vindo do passado que poderia inviabilizar as respostas para as necessidades do concelho.--------- A recuperação financeira das contas preconizada pelo anterior executivo do PS não foi só uma bandeira eleitoral. A recuperação foi real e facilmente demonstrável nos documentos oficiais da Câmara. No período de Gestão do anterior executivo, o Passivo Exigível diminuiu cerca de 65%, resultado conseguido numa conjuntura particularmente difícil, com o país a ser intervencionado pela Troika.-----



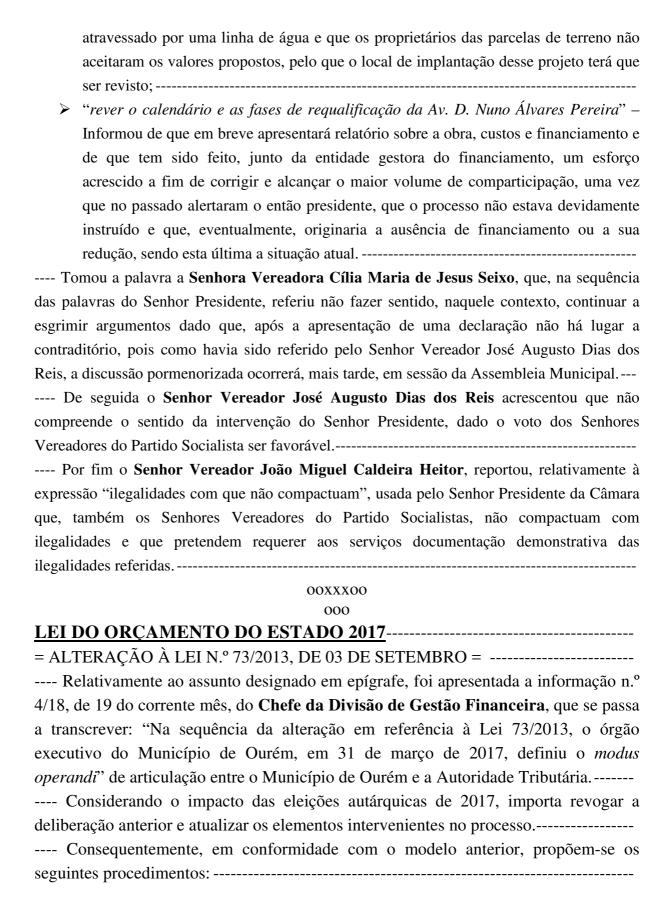
---- No entanto, esta recuperação financeira permite-nos hoje pôr em pratica aquilo que anteriormente era muito difícil de concretizar, assim como a execução de muitas obras indispensáveis para o concelho. Para além do desanuvio de um pesado fardo que se chama "Passivo", hoje o Município recuperou em muito a sua capacidade de endividamento, estando longe de alcançar o limite previsto na Lei 73/2013. --------- No que concerne a esta questão de Endividamento, estamos também em concordância com o presente Orçamento, na medida em que ele próprio se apresenta conservador na abordagem a qualquer aumento de endividamento, prevendo, aliás, a continuidade estratégica de baixar o Passivo, como ação contínua dos últimos dois mandatos. ---------- O Orçamento para o corrente ano é de 39,945 M€, o que representa um acréscimo de 872 m€ em relação ao de 2017.--------- Por força da dissolução da Ourémviva haverá um impacto nas contas da Câmara para internalizar colaboradores e serviços. Este valor já quantificado quanto aos colaboradores (1,440 M€, ao que acresce 190 m€ caso não se constitua a nova empresa municipal), será de mais difícil quantificação no que se refere aos restantes valores. Calculamos que o valor do impacto total deverá situar-se nos 2 M€. Expurgando este valor do Orçamento, concluímos que o seu valor seria de aproximadamente, 38 M€, o que representa neste cenário, e perante um elevado conjunto de obras estruturantes herdadas do anterior executivo com financiamentos comunitários, apenas 1 M€ abaixo do "irrealista" Orçamento de 2017, como os vereadores do PPD/PSD e do CDS-PP na época o apelidaram. --------- Desta forma e atendendo a que a proposta de Orçamento para 2018 está em linha com aquilo que o PS tinha delineado para um Orçamento exequível; atendendo a que parte significativa da nossa estratégia está aí inscrita; atendendo a que o Orçamento prevê a manutenção do equilíbrio estrutural das contas municipais, aproveitando o bom trabalho de recuperação financeira encetada ao longo dos últimos anos e o saldo de gerência deixado pelo ultimo executivo; atendendo a que não prevê também o aumento do endividamento, mas sim uma redução do mesmo, conforme a estratégia financeira que tem sido levado a cabo, os vereadores do Partido Socialista, tendo em conta a estratégia que foi implementada pelo anterior executivo e que este tão bem segue e aproveita, não pode deixar de se congratular com as decisões tomadas pelo atual executivo e aprovar o Orçamento de 2018. --------- Contudo, chamamos a atenção para algumas questões que são estruturais para o nosso concelho e que o Município deve ponderar, tais como:------ Voltar rapidamente às negociações com a Infraestruturas de Portugal, admitir o erro e a precipitação de nestes 3 meses já terem abandonado o projeto e retomar a requalificação da Av. Papa João XXIII em Fatima; ------

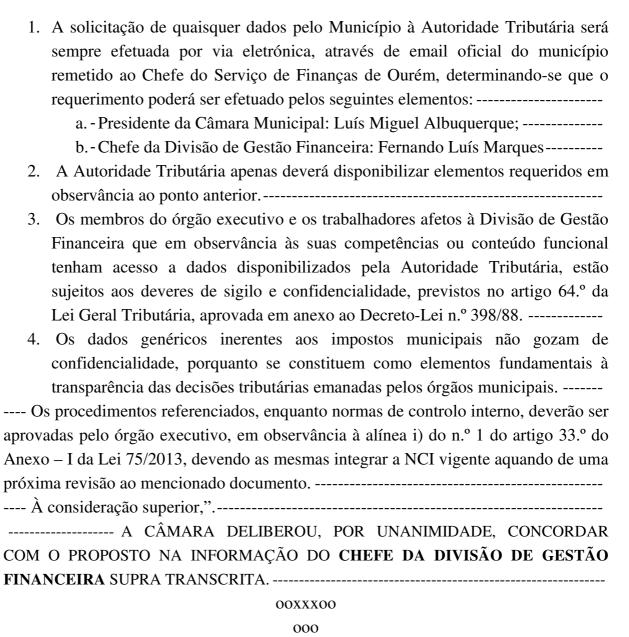




- "torrente revogatória" Clarificou que efetivamente têm sido revogadas várias deliberações, tomadas pelo anterior executivo socialista, uma vez que as mesmas padeciam de ilegalidades, com as quais não compactuam, como por exemplo a ausência de enquadramento orçamental e de fundos disponíveis;-------
- "desistência do projeto de requalificação da Avenida Papa João XXIII, em Fátima, que contava com um apoio do governo, no valor de 800.000€" Reportou que, para esta intervenção o Município não tem qualquer acordo firmado com o Governo, que garanta aquele apoio financeiro. Para além disso, entende que aquele valor está muito aquém do investimento necessário para a requalificação da referida via;-------
- "concluir o processo de instalação do novo quartel de Bombeiros de Fátima no terreno escolhido pelo anterior executivo" – Esclareceu que o local escolhido pelo anterior executivo para a construção do novo Quartel dos Bombeiros de Fátima, é

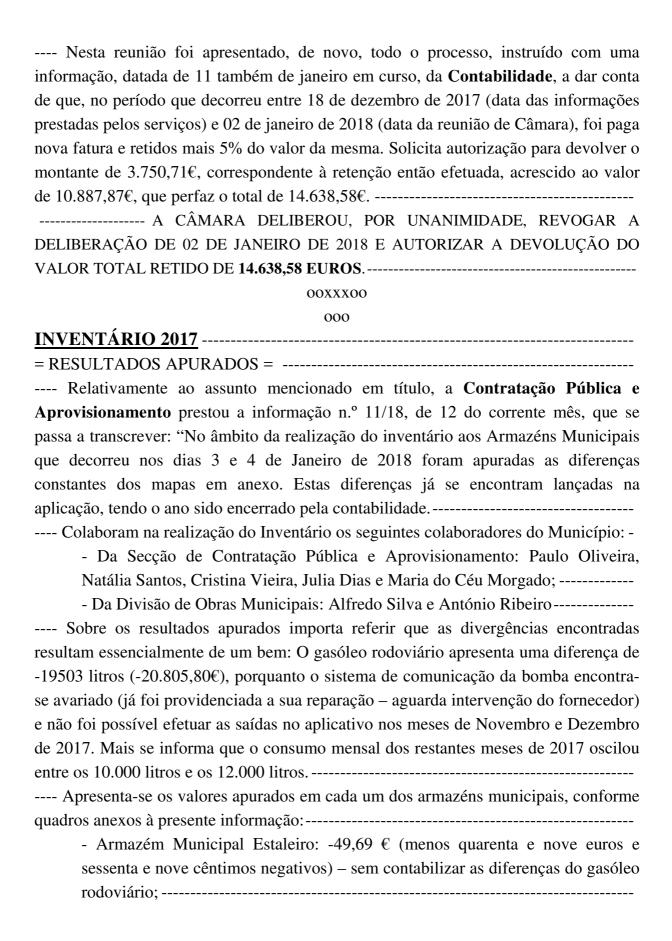


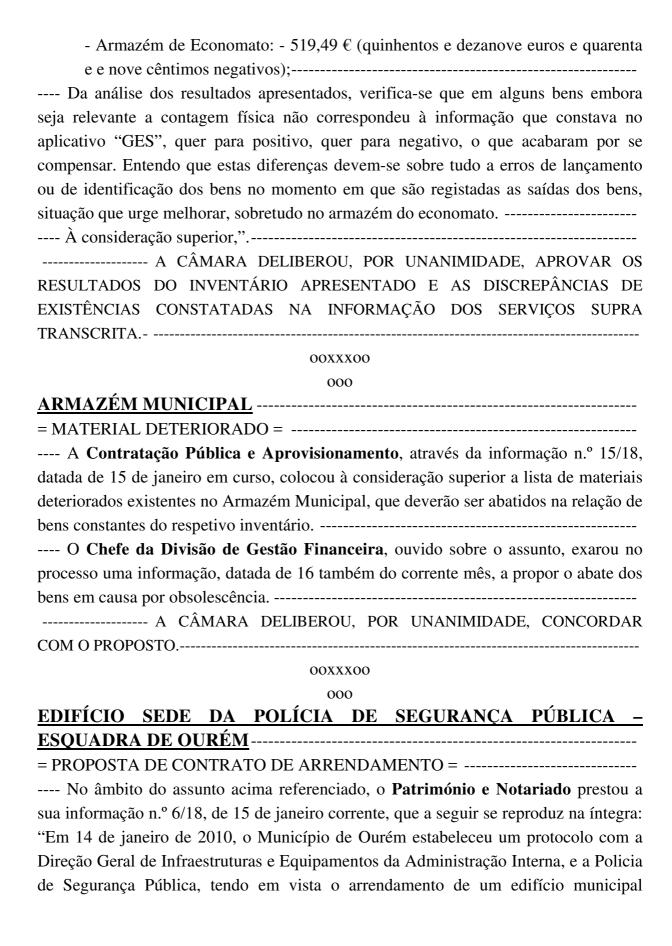




<u>P105/2017 – BENEFICIAÇÃO DE VÁRIOS ARRUAMENTOS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL</u> ------

---- Na reunião de 02 de janeiro de 2018, em deliberação com título idêntico à presente, a Câmara deliberou devolver à firma **Civibérica – Obras Civis, S.A.** (sedeada na Estrada Nacional n.º 1, em Sangardão, da União das Freguesias de Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova, do Concelho de Condeixa-a-Nova), o montante de 10.887,87€, conforme informações então prestadas pela Contabilidade e pela Contratação Pública e Aprovisionamento, considerando que a referida empresa havia já apresentado seguro-caução para a totalidade da obra. -----

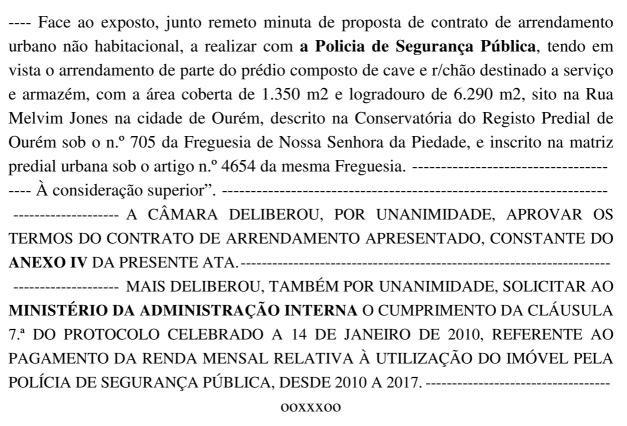






composto por cave e rés do chão com a área de 1000,00m2, destinado a servir de Esquadra da PSP de Ourém, pelo prazo de 30 anos, automaticamente prorrogado por igual período, salvo se qualquer das partes o denunciar com antecedência mínima de 1 ano, antes do termo do prazo inicial ou qualquer das suas renovações.--------- Após intervenção promovida pela DGIE de requalificação, beneficiação e de adequação do edifício em causa, para a instalação da Esquadra da PSP de Ourém, incluindo a execução da vedação no limite do terreno com as futuras instalações do terminal rodoviário, a PSP iniciou o usufruto do prédio a 8 de novembro de 2012, à exceção do armazém (conforme previsto no protocolo). --------- De acordo com o estipulado na clausula 7ª do referido protocolo, a renda mensal a pagar pela PSP ao Município de Ourém pela utilização do imóvel, será fixada após avaliação a realizar pela Direção Geral do Tesouro e Finanças, e terá como limite o valor de 1€/m2, da área das instalações do edifício, atualizável anualmente nos termos da lei. ---------- Não obstante o protocolo acordado referir a área de 1.000,00m2, o Serviço de Património aquando da atualização do prédio urbano na matriz, constatou que a área afeta à PSP de Ourém é de 1.620,00m2, a qual deu conhecimento à Secretaria – Geral do Ministério da Administração Interna. --------- Conforme definido na clausula 7ª, a renda de 1€/m2 como referência para o período de 2010, e respetivas atualizações para os anos seguintes (de acordo com os coeficientes de atualização) foram homologadas por despacho datado de 03.10.2014 do Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças com competência delegada. ---------- A área de 1.620,00 m2 foi validada pela Ex.ma Senhora Secretária Geral Adjunta, conforme oficio com a referência 8846/2015/DSPPI.--------- Em observância ao exposto anteriormente, apura-se a renda mensal de 1.782,20 para o ano de 2018, conforme calculo a seguir apresentado: --------- Ano de 2010 - 1.620,00€; ---------- Ano de 2011 – Atualização de 1,003 (aviso n.º 18370/2010) – 1.624,86; --------- Ano de 2012 – Atualização de 1,0319 (aviso n.º 19512/2011) – 1.676,69€; --------- Ano de 2013 – Atualização de 1,0336 (aviso n.º 12912/2012) – 1.773,03€; --------- Ano de 2014 – Atualização de 1,0099 (aviso n.º 11753/2013) – 1.750,19€; --------- Ano de 2015 – Atualização de 1,00 (Portaria n.º 278-A/2014) – 1.750,19€;--------- Ano de 206 – Atualização de 1,0016 (aviso n.º 10784/2015) – 1.752,99€;--------- Ano de 2017 – Atualização de 1,0054 (aviso n.º 11562/2016) – 1.762,46€; --------- Ano de 2018 – Atualização de 1,0112 (aviso n.º 11053/2017) – 1.782,20€.-----

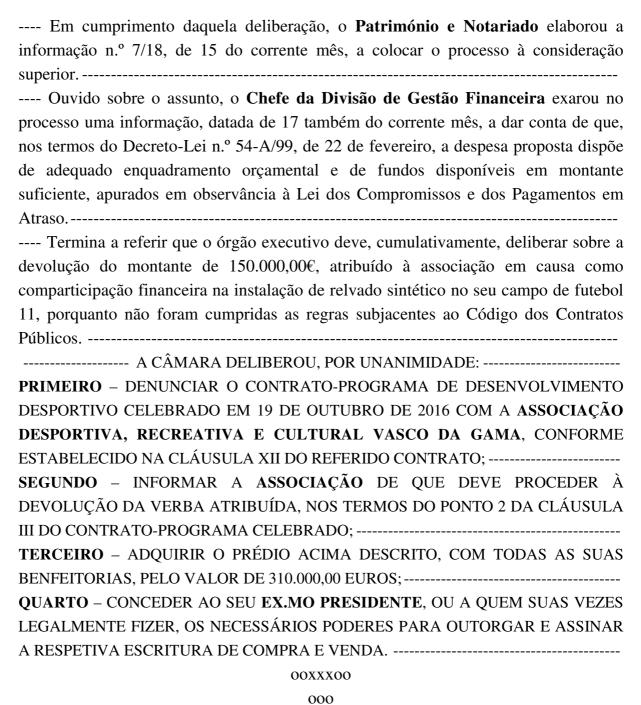




000

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL VASCO DA GAMA = PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIO – BOLEIROS – FREGUESIA DE FÁTIMA =---- ---- Na reunião de 18 de dezembro de 2017, a Câmara deliberou adquirir o imóvel a

seguir descrito, pelo valor de 310.000,00€, solicitando à Divisão de Gestão Financeira que iniciasse o respetivo procedimento: -----



P094/2016 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DO PADRÃO E DO ESTACIONAMENTO JUNTO À CASA MUSEU – SEIÇA------

= REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA = -----

---- Através da sua informação n.º 626/17, de 20 de outubro de 2017, a **Divisão de Obras Municipais** colocou à consideração superior o cálculo da revisão de preços definitiva, que a seguir se especifica, da empreitada indicada em epígrafe, de que é adjudicatária a firma Socrinel – Sociedade Construtora Irmãos Neves, Limitada: ------



Empreiteiro:	Socrinel – Sociedade Construtora Irmãos Neves, Limitada
Data da adjudicação:	Deliberação de 12 de dezembro de 2016
Valor da consignação:	49.994,14€
Cálculo da revisão de preços definitiva:	0,00€
Faturação do empreiteiro referente a anteriores revisões provisórias:	0,00€
Total a pagar ao empreiteiro	0,00€

------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REVISÃO DE PREÇOS PROPOSTA. ------

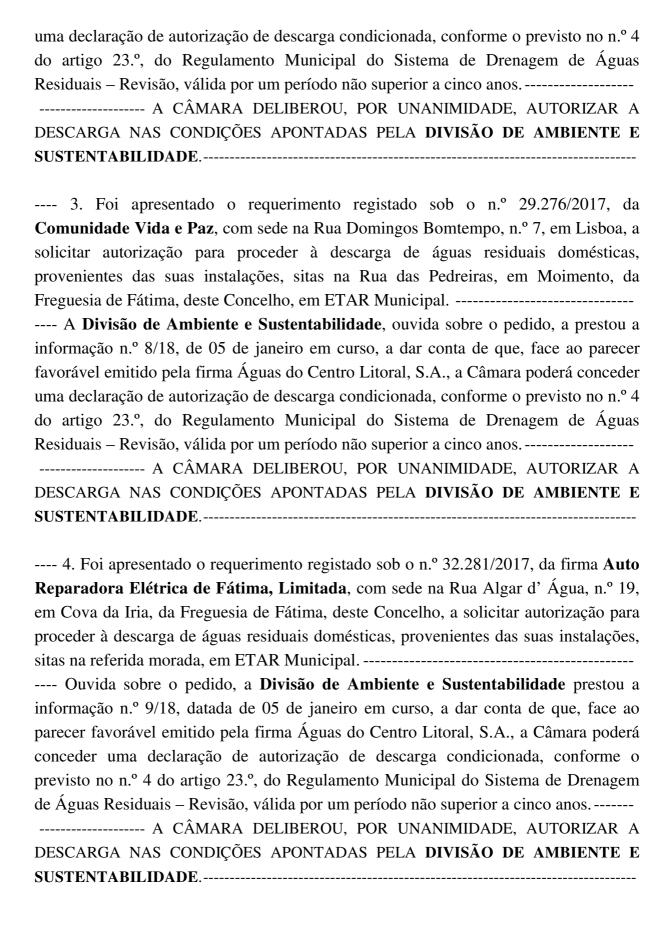
ooxxxoo

000

PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE DESCARGA DE ÁGUAS RESIDUAIS EM ETAR

favorável emitido pela firma Águas do Centro Litoral, S.A., a Câmara poderá conceder

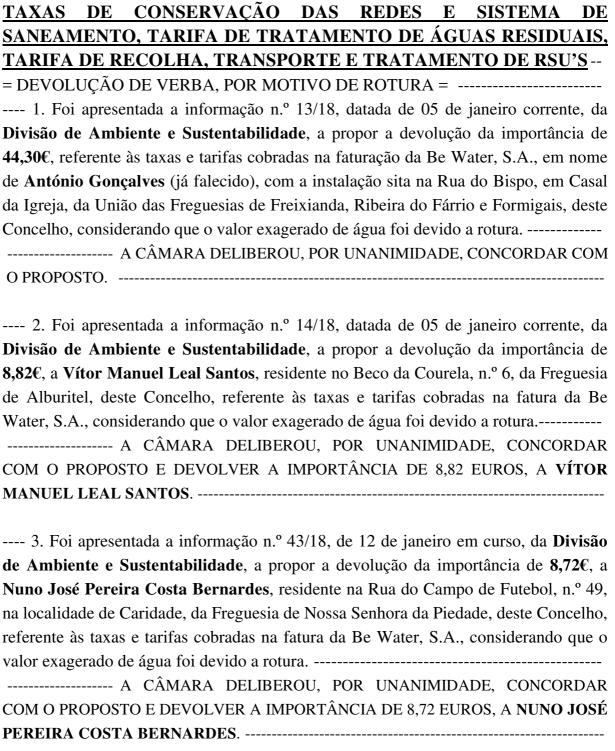






ooxxxoo

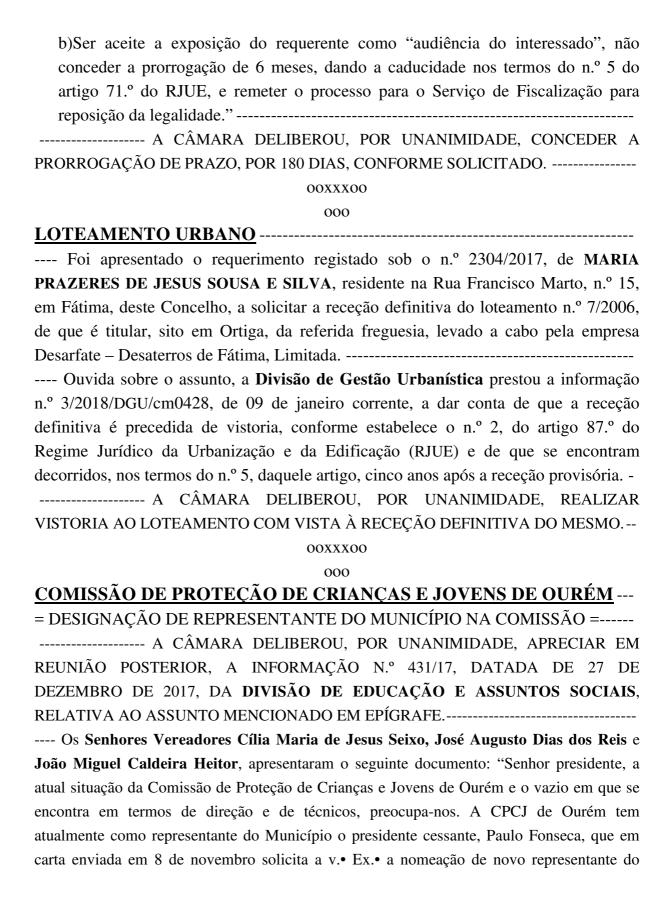
000

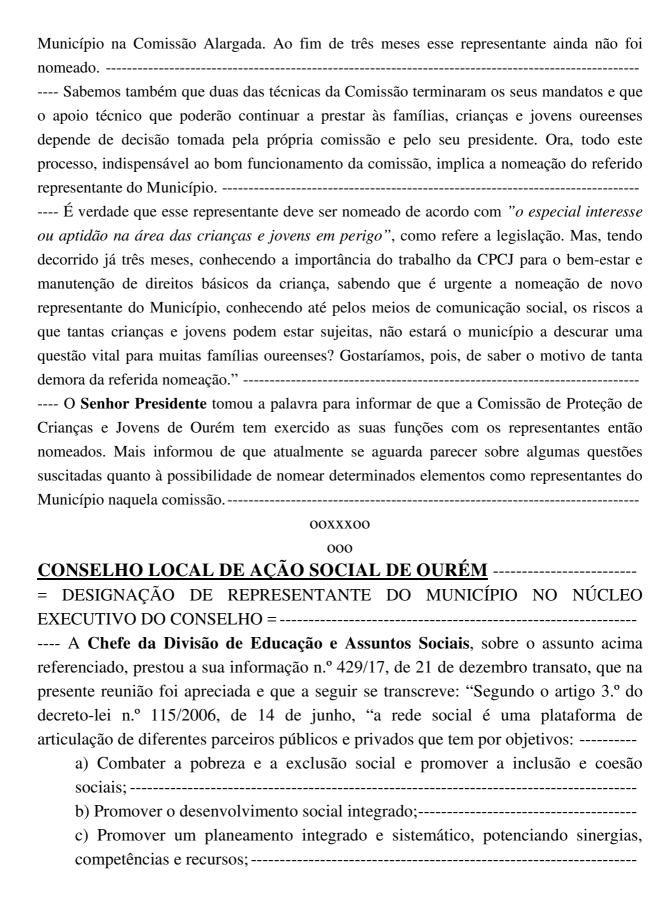


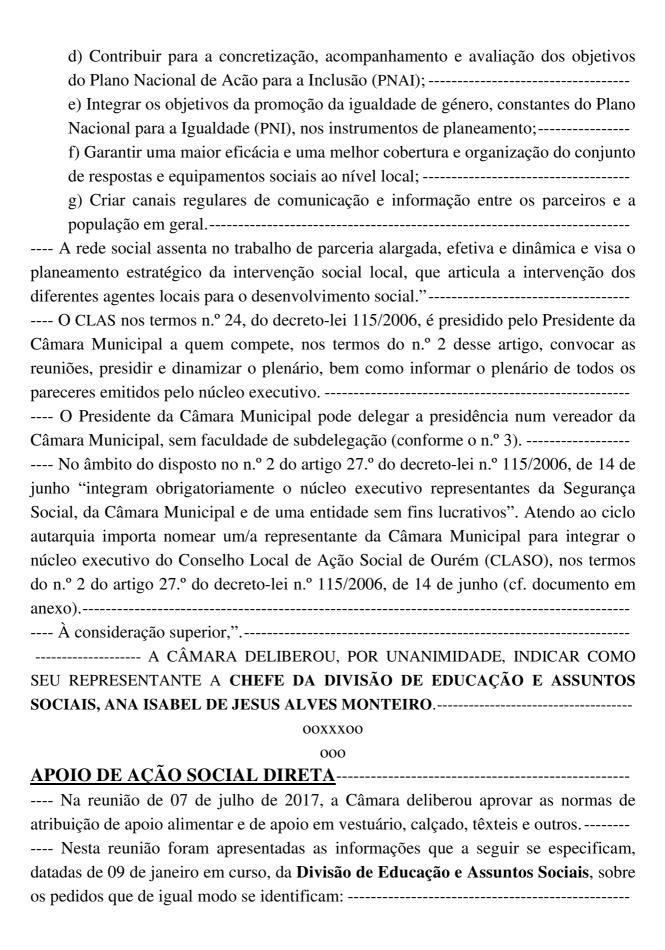


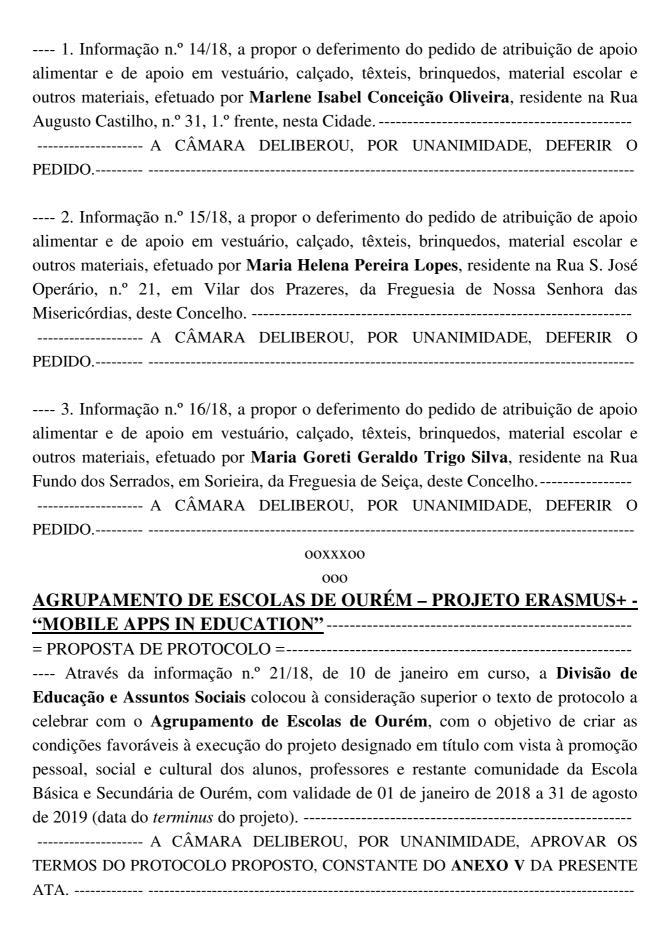
LICENCIAMENTO DE OBRA PARTICULAR -----= PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO = --------- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 2231/2017, de VIRGÍLIO REIS FARIA, residente na Rua das Silveiras, n.º 235, na localidade de Tijolo, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a solicitar a prorrogação de prazo, por 180 dias, da licença de construção n.º 1005/2000, nos termos do n.º 5, do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, invocando dificuldades financeiras. ---- O pedido encontra-se instruído com as informações, que a seguir se especificam: -Informação, datada de 27 de dezembro de 2017, da Fiscalização, a dar conta de que em deslocação ao local, verificou que apenas foi iniciada a construção da garagem, faltando o telhado e os acabamentos, não tendo sido iniciada a construção da moradia; -----Informação n.º 142/2017/DGU/cm0650, datada de 29 também de dezembro findo, da Divisão de Gestão Urbanística, a informar conforme se passa a transcrever: "(...) Em análise ao pedido informa-se o seguinte: -----1- Em 06/10/2000, foi emitido o alvará n.º 1005/2000 tendo o mesmo expirado em 09/10/2003. -----2- Não foi dada a caducidade da licença nos termos do n.º 2 do art.º 71.º do RJUE. ----3- Em 13/12/2017 vem o requerente apresentar uma exposição (em anexo) a solicitar a prorrogação de prazo do alvará de licença por mais 180 dias, dado que por razões financeiras e em virtude de ter ficado desempregado não foi possível a realização da obra (moradia e garagem).-----4- Informa-se ainda que não foram solicitadas prorrogações. -----5- Em 27/12/2017, os fiscais informam o seguinte: "Visitado o local a que se refere a licença n.º 1005/2000, verificasse que apenas deram início à construção da garagem, sendo que a mesma está erguida até ao telhado, sem o mesmo colocado, faltando todo o acabamento. No que se refere à moradia esta ainda não foi iniciada."-----6- No entanto, deixa-se à consideração superior que o processo ser remetido a Reunião de Câmara para decisão propondo-se aqui duas situações: ----a) Ser aceite a exposição do interessado como "audiência do interessado", e conceder uma prorrogação de 6 meses do alvará de licença de obras e assim não proferir caducidade nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE (As caducidades previstas no presente artigo devem ser declaradas pela câmara municipal, verificadas as situações previstas no presente artigo, após audiência prévia do interessado) ou; -----







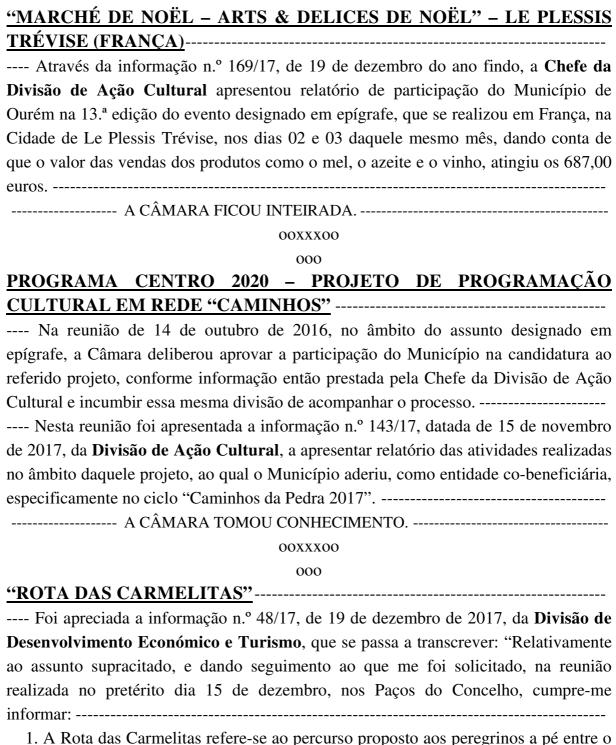






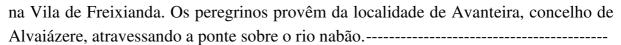
ooxxxoo

000



Convento das Carmelitas, em Coimbra (local onde viveu a irmã Lúcia) e o Santuário de Fátima. No município de Ourém, o traçado tem a distância de 35,3 km, com início

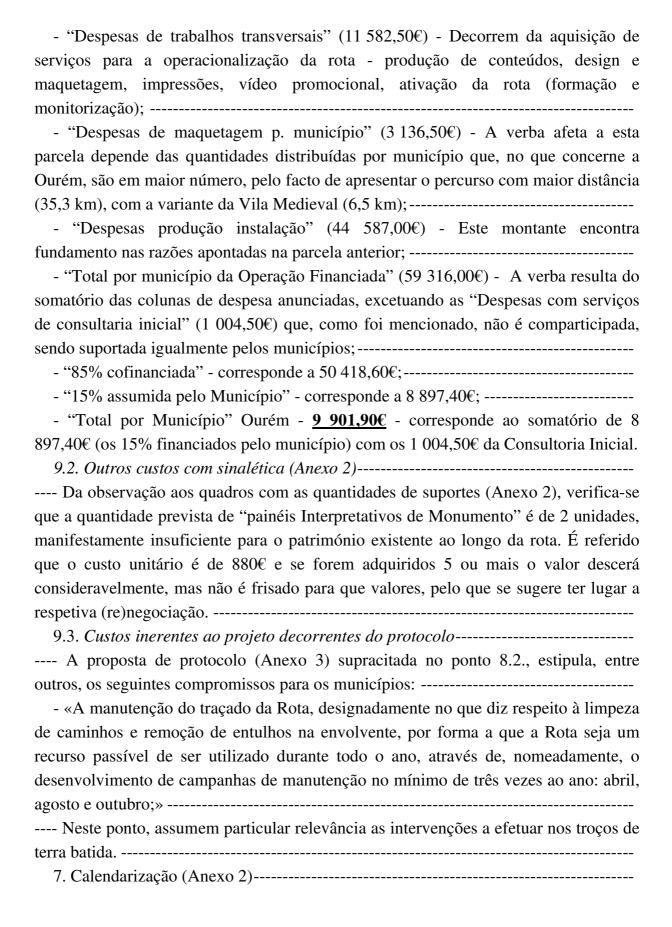




- - 6. Simbologia na Rota ------

Será utilizada a simbolologia dos Caminhos de Fátima, 🚆 aqui reproduzida
Será utilizada a simbolologia dos Caminhos de Fátima, aqui reproduzida 7. Suportes disponíveis (Anexo 2)
7.1. Estruturas físicas de sinalização
Contemplam balizas direcionais/totens, marcos de distância, marcas de pavimento
para meio urbano, setas direcionais, placas de aviso, placas de auxílio para viaturas de
apoio
7.2. Estruturas físicas de <u>informação</u>
Prevê-se a colocação de "painel informativo da rota", destinado a informar os
utilizadores e o público em geral das características do percurso, locais de apoio e
outros dados relevantes para se fazer a rota
No projeto está prevista a instalação de "painéis interpretativos do recurso",
destinados a informar sobre o património existente, e de "painel informativo de
variante", a indicar as caraterísticas do caminho alternativo (Vila Medieval de Ourém).
7.3. Suportes informativos e promocionais
Este tipo de suporte será feito através de um website conjunto da Associação dos
Caminhos de Fátima, Spot promocional, mapa geral em formato A4, Mapa de Viatura
de Apoio em formato A3 e de roteiros/guias com 32 páginas
8. Operacionalização (Anexo 3)
8.1. Para executar o projeto "Rota das Carmelitas" é necessária a assinatura do
"Protocolo de Colaboração entre a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e
Muralhas Medievais do Mondego e os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Coimbra,
Condeixa-a-Nova, Ourém e Penela (Proposta de Protocolo-Anexo 3)
8.2. Nas pág. 4 e 5 do documento protocolar, a cláusula segunda dispõe sobre as
obrigações da Primeira Outorgante (a Agência) e dos Segundos Outorgantes
(Municípios)
9. Custos do projeto
9.1. Custos previstos no Anexo 3:
Encontram-se descritos os custos totais do projeto repartidos da seguinte forma
quanto ao Município de Ourém:
- "Despesas com serviços de consultoria inicial" (1 004,50€) - Tem a ver com o
trabalho para submissão da candidatura da Rota, verba que será assumida de modo
igual pelos 6 municípios parceiros. Essa importância que totaliza 6 027,00€ foi paga
pela agência e não poderá ser comparticipada
- "Despesas com adesão da Agência à ACD" (0,00€) - No caso de Ourém, não
consta qualquer verba, pela razão do Município já integrar a Associação Caminhos de
Fátima;





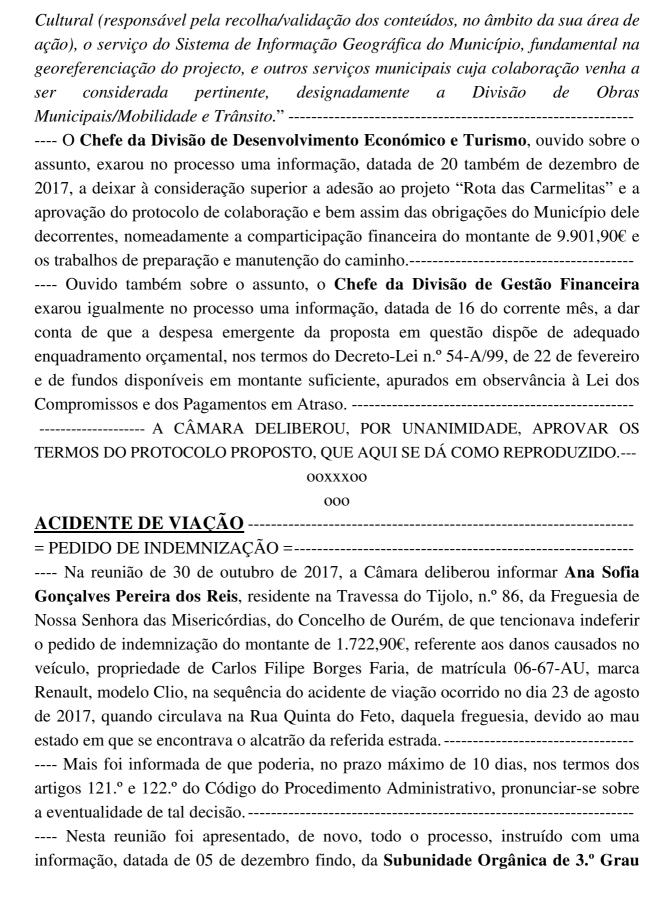


ACOES A DESENVOLVER		Janeiro			Fevereiro			Março				Abril				Maio			
	Semana 0	Semanal	nanal I	Semana 3	Semana 4	Semana 3	sna Semana 6	Semana 7	Semana 8	Semana 8	Settlama 10	Semana 11	Semana 12	Simana 13	Semana 14	Dermana 1 25	Summa 16	Serwina 17	Seman 15
.Confirmação/Adjudicação de Serviços																			
Encomenda de Sinalética																			
3. Produção de Sinalética					1														_
4. Produção de Conteúdos/Fotografia/Traduções							- 44		9										čš
5. Design e Maquetagem de Suportes informativos ¹ em simultáneo com desenvolvimento de website																			ngura
5. Inicio de sinalização/instalação no terreno em simultâneo com validações de design com o promotor																			Ina
7. Impressão de brochuras/folhetos																			
A combinar datas mais convenientes																			

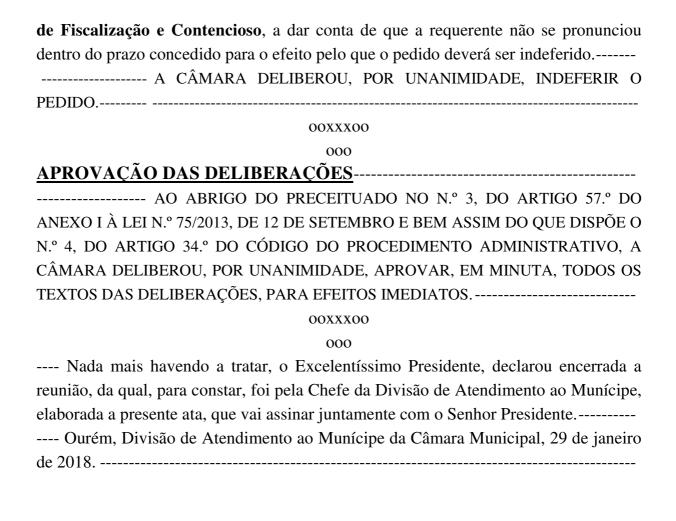
---- CONCLUSÕES:-----1. Quem pretender desfrutar de uma rota diferente, como a das Carmelitas, irá planear, conhecerá as distâncias e saberá, portanto, ao que vai, levando no "regaço" aquela disponibilidade e vontade de descobrir as "maravilhas" que o concelho oferece a cada passo.--------- Importa, por isso, diligenciar em ordem a: ------ Validar o protocolo de colaboração com a agência (Anexo 3 - a Agência aguarda indicação para se deslocar a Ourém com o intuito de se proceder à assinatura); - Validar o traçado final (planta-Anexo 4). -----2. Na reunião, por indicação do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, foi indicado o técnico Sérgio Francisco Reis da Silva Gonçalves como o representante do Município de Ourém, pivô no projeto, que terá como missão inerente a essas funções: - Contactos com juntas de freguesia/paróquias para apresentação do traçado*;------ Recolha de declarações de livre circulação junto dos proprietários privados; ------- Acompanhar trabalhos de seleção de recursos turísticos; ------ Identificação conjunta de necessidades locais do percurso (pontos negros, instalações sanitárias, etc); ------- Acompanhar trabalhos de seleção de imagens e conteúdos – validação; -------- Validação de trabalhos de maquetagem dos suportes finais; ------ Acompanhar os trabalhos de identificação precisa de locais de suportes e instalação dos mesmos; ------- Identificar ponto exato de colocação de painéis (incluindo painel final no posto de turismo de Fátima);------ Apoio na montagem e acompanhamento da ação de formação – lançamento do projeto. -----(*sugere-se a inserção do Santuário de Fátima, no conjunto das entidades a contactar, para apresentação do traçado)---------- Importa salientar que a metodologia de trabalho continuará a implicar estreita coordenação e profícua articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil (que

realizou o reconhecimento conjunto do percurso no terreno), a Divisão de Ação









O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 29/01/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2017.10.30;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação da ata da reunião de Câmara de 15 de janeiro de 2018.

1.2. AUTORIDADE MÉDICO-VETERINÁRIA MUNICIPAL

= Centro de Recolha Oficial de animais – Informação n.º 4/18, de 22 do corrente mês, da Autoridade Médico-Veterinária Municipal.

1.3. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Conselho Cinegético Municipal Designação de representante de Junta de Freguesia na Comissão Informação n.º 8/18, datada de 04 de janeiro em curso, do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- = Autorização prévia para ações de (re)arborização Carta registada sob o n.º 664/2018, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Nuno Luciano de Oliveira Vieira.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE

2.1. EXPEDIENTE

= Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. – Relatório trimestral de controlo de gestão – Setembro de 2017 – Ofício n.º 321/2017, de 27 de dezembro do ano findo, da empresa municipal.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Documentos Previsionais para o Ano Económico de 2018: Orçamento para 2018 e Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2018/2021;
- = Lei do Orçamento do Estado 2017 Alteração à Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro Informação n.º 4/18, de 19 de janeiro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira.

3.1. CONTABILIDADE

= P105/2017 – Beneficiação de vários arruamentos na União das Freguesias de Gondemaria e Olival – Informação, datada de 11 de janeiro corrente, da Contabilidade.

3.2. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Inventário 2017 Resultados apurados Informação n.º 11/18, de 12 de janeiro em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = Armazém Municipal Material deteriorado Informação n.º 15/18, de 15 de janeiro em curso, da CPA.



3.3. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Edifício sede da Polícia de Segurança Pública Esquadra de Ourém Proposta de contrato de arrendamento Informação n.º 6/18, de 15 do corrente mês, do Património e Notariado (PN);
- = Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama Proposta de aquisição de edifício Boleiros Freguesia de Fátima Informação n.º 7/18, de 15 de janeiro em curso, do PN.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= P094/2016 – Requalificação da Rua do Padrão e do estacionamento junto à Casa Museu – Seiça – Revisão de preços definitiva – Informação n.º 626/17, datada de 20 de outubro de 2017, da Divisão de Obras Municipais.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedidos de autorização de descarga de águas residuais em ETAR:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 25.182/2017, de Joaquim Cunha da Silva;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 29.024/2017, de Cassildo Quintino dos Santos Neto;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 29.276/2017, da Comunidade Vida e Paz;
 - 4. Requerimento registado sob o n.º 32.281/2017, da firma Auto Reparadora Elétrica de Fátima, Limitada;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - 1. Informação n.º 13/18, datada de 05 de janeiro em curso, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - 2. Informação n.º 14/18, de 05 do corrente mês, da DAS;
 - 3. Informação n.º 43/18, de 12 de janeiro corrente, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamento de obra particular Pedido de prorrogação de prazo Requerimento registado sob o n.º 2231/2017, de Virgílio Reis Faria;
- = Loteamento urbano Pedido de receção definitiva do Loteamento n.º 7/2006 Requerimento registado sob o n.º 2304/2017, de Maria Prazeres de Jesus Sousa e Silva.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ourém Designação de representante do Município na comissão Informação n.º 431/17, de 27 de dezembro de 2017, da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Conselho Local de Ação Social de Ourém Designação de representante do Município no Núcleo Executivo do conselho Informação n.º 429/17, de 21 de dezembro de 2017, da Chefe da DEAS;
- = Apoio de Ação Social Direta:
 - 1. Informação n.º 14/18, de 09 do corrente mês, da DEAS;
 - 2. Informação n.º 15/18, de 09 de janeiro corrente, da DEAS;
 - 3. Informação n.º 16/18, de 09 de janeiro corrente, da DEAS;
- = Agrupamento de Escolas de Ourém Projeto ERASMUS+ "Mobile APPS In Education"
- Proposta de protocolo Informação n.º 21/18, de 10 de janeiro em curso, da DEAS.



8. DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

- = "Marché de Noël Arts & Delices de Noël" Le Plessis-Trévise (França) Informação n.º 169/17, datada de 19 de dezembro de 2017, da Chefe da Divisão de Ação Cultural (DAC);
- = Programa CENTRO 2020 Projeto de Programação Cultural em Rede "Caminhos" Informação n.º 143/17, de 15 de novembro de 2017, da DAC.

9. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TURISMO

= "Rota das Carmelitas" – Informação n.º 48/17, de 19 de dezembro findo, da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo.

10. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidentes de viação – Pedido de indemnização – Processo registado sob o n.º 26.997/2017, de Ana Sofia Gonçalves Pereira dos Reis, sobre acidente ocorrido em Quinta do Feto – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no dia 23/08/2017.

Câmara Municipal de Ourém, 23 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 15-01-2018 a 26-01-2018

Processo nº	Requerente	Local
2288/2017	Alburiconstroi – Construções e obras Públicas, Lda.	Rua Álvaro Teles, n.º 164 - Freguesia de Alburitel
708/2017	Ana & Isabel – Compra e Venda de Bens Imobiliário, Lda Freguesia de	Rua Francisco Marto – Cova da Iria Freguesia de Fátima
17/2018	Ana Cristina de Oliveira Gomes Ribeiro	Rua Principal nº 122 - Cumeada, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
63/2018	Carlos Manuel Oliveira Silva	Estrada de Nossa Senhora da Ortiga -Freguesia de Fátima
2086/2016	Corpo Nacional de Escutas - Escutismo Católico Português	Avenida Beato Nuno, n.º 240 a 246- Freguesia de Fátima
2260/2017	Custódio dos Reis Pereira Antunes	Rua do Mirante - Freguesia de Nª. Sª das Misericórdias
2287/2017	Délia Carina da Silva Tomás	Avenida Dom Nuno Álvares Pereira – Ourém - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
2091/2017	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Atouguia	Rua Principal – Atouguia – Freguesia de Atouguia
2097/2016	Flávio Miguel Pereira de Sousa	Casais Espertos – Lagoa do Furadouro, Freguesia de Nª. Sª. das Misericórdias
2318/2017	Francisco António dos Reis Pereira	Rua do Poço Soudo – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
1939/2017	Francisco de Jesus	Cova da Iria – Freguesia de Fátima
2127/2017	Jular – Empreendimentos Urbanos S. A	Avenida Beato Nuno - nº 2 - Bloco A - Cova da Iria - Freguesia de Fátima
1439/2017	Licínio Sousa Lopes	Rua Casa do Sol -Casal dos Moleiros -da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
2175/2017	Lúcia dos Reis Alves Mendes	Mosqueiro – Freguesia de Seiça
2192/2017	Marília Ribeiro Alves	Pinheiro – Nossa Senhora da Piedade
2301/2017	Mendes Reis & Gonçalves, Lda.	Rua Jacinta Marto, nº 2- Freguesia de Fátima



2220/2017	Patrícia Alexandra Lopes Oliveira de Deus	Travessa do Casalinho - Amoreira Freguesia da Fátima
1797/2017	Pedra Alva – Sociedade Exploradora Calcário, Lda	Estrada da Pedra Alva nº 205 Freguesia de Fátima
1736/2017	Pedro João Fernandes Pereira	Rua Dr. Carlos Vaz Faria de Almeida -Vilar dos Prazeres - Freguesia de Nª. Srª. das Misericórdias
62/2018	Rafael Vieira Coelho	Estrada de Nossa Senhora da Ortiga, n.º 133 – Freguesia de Fátima
75/2018	Tiago Alexandre Santos Neves	Rua D. Afonso (IV Conde de Ourém) – Carapita - Freguesia de Nª. Sª. Misericórdias

Ourém, 29 de janeiro de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 15/01/2018 a 26/01/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
39040	Associação Mãos Unidas com Maria	Peditório
1987	António Augusto Prazeres	Inspeção periódica de elevadores
814	Thyssenkrupp - Elevadores	Inspeção periódica de elevadores
2129	Administração do Edifício – Travessa do Ribeirinho	Inspeção periódica de elevadores
2654	Instituto R. Sagrado Coração de Maria em Portugal	Inspeção periódica de elevadores
39326	BTT- Club dos Pinheiro	Prova Desportiva
2331	FET-Fátima Escola Triatlo, Assoc. Desportiva e Recreativa	Prova Desportiva
876	Fábrica da Igreja Paroquial de Urqueira	Licença Especial de Ruído

Ourém, 29 de janeiro 2018 Manuel Antunes Figueiredo

Coordenador Técnico



CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva n.º 501280740, com sede na Praça D. Maria II, n.º 1, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do Concelho de Ourém, aqui representado pelo seu Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque, casado, contribuinte n.º 187802 750, adiante designado abreviadamente como Primeiro Outorgante;

 \mathbf{E}

SEGUNDA OUTORGANTE: Policia de Segurança Pública, entidade titular do número de identificação de pessoa coletiva n.º 600 006 662, com sede no Largo da Penha da França, nº 1, em Lisboa, nesta ato representada pelo Ex.mo Senhor Diretor Nacional da Policia de Segurança Pública,, contribuinte n.º, portador do Cartão de Cidadão n.º, valido até, adiante abreviadamente designada por Segunda Outorgante;

É celebrado o presente contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, nos termos do disposto no artigo 1095°, do Código Civil e ao abrigo da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que se regulará pelos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

Cláusula primeira

(Objeto)

O Primeiro Outorgante é dono e legitimo possuidor do prédio urbano sito na Rua Melvin Jones, na Cidade de Ourém, Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Concelho de Ourém, composto edifício de cave e rés do chão destinado a serviço e armazém, com a área coberta de 1.350 m2 e logradouro de 6.290 m2, a confrontar a norte com a Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, a nascente e poente com Município de Ourém, e a sul com Rua Melvin Jones, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 705 da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4654 da mesma Freguesia.



Cláusula segunda

(Finalidade)

- 1. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante dá de arrendamento à Segunda Outorgante que, por sua vez, toma de arrendamento o prédio identificado na cláusula primeira;
- 2. O locado destina-se exclusivamente à Instalação de Esquadra da Policia de Segurança Pública, não lhe podendo ser dado outro fim ou uso sem consentimento prévio escrito do Primeiro Outorgante, sob pena de resolução contratual.

Cláusula terceira

(Prazo)

- 1. O arrendamento é feito pelo prazo de 30 anos, tendo o seu inicio na data da sua celebração, automaticamente renovável por igual período;
- 2. O Primeiro Outorgante pode impedir a renovação automática, mediante carta registada com aviso de receção dirigida à Segunda Outorgante, com uma antecedência não inferior a 240 dias do termo do contrato;
- 3. A Segundo Outorgante pode impedir a renovação automática, mediante carta registada com aviso de receção a enviar ao Primeiro Outorgante, com uma a antecedência não inferior a 120 dias do termo do contrato ou da renovação em curso;
- 4. A inobservância da antecedência prevista no ponto anterior da presente cláusula não obsta à cessação do contrato, mas obriga ao pagamento das rendas correspondentes ao período de préaviso em falta.

Cláusula quarta

(Renda)

- A renda mensal é de 1.782,20€ (mil setecentos e oitenta e dois euros e vinte cêntimos), a pagar pelo Segundo Outorgante ao Primeiro Outorgante, até ao oitavo dia do mês a que disser respeito, por cheque, depósito ou transferência bancária para o NIB 0035 0891 00000157630 35 da Caixa Geral de Depósitos;
- 2. A renda é atualizável anualmente de acordo com o coeficiente de atualização para os arrendamentos não habitacionais publicados em Diário da Republica, devendo o Primeiro Outorgante comunicá-la por escrito à Segunda Outorgante com antecedência mínima de 30 dias, indicando expressamente o montante da nova renda e o coeficiente utlizado no seu calculo;
- 3. A atualização da renda prevista no ponto anterior, é exigida no mês de janeiro de cada ano posterior à assinatura do contrato.



Cláusula quinta

(Sublocação e Cessão)

A Segunda Outorgante não pode sublocar ou ceder, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, o prédio indicado na cláusula primeira, sem consentimento expresso e dado por escrito do primeiro outorgante.

Cláusula sexta

(Obras)

- 1. São da responsabilidade do Primeiro Outorgante as obras de conservação extraordinária e de reparação estrutural e infraestrutural do Prédio, bem como aquelas que sejam impostas por lei;
- 2. São da responsabilidade da Segunda Outorgante todas as obras de conservação e manutenção correntes do interior do prédio, no estado em que atualmente se encontram, as instalações e canalizações de água, eletricidade, esgotos, paredes, pavimentos, pinturas, vidros, etc;
- 3. Todas e quaisquer obras ou benfeitorias que a Segunda Outorgante efetue no local arrendado, ficarão a fazer parte do mesmo, não podendo a Segunda Outorgante alegar direito de retenção nem exigir qualquer indemnização.

Cláusula sétima

(Despesas)

É da responsabilidade da Segunda Outorgante todos os encargos relativos ao consumo de água, eletricidade, gás, telefone, internet, manutenção e limpeza do prédio arrendado.

Cláusula oitava

(Comunicações)

- 1. Todas as comunicações dirigidas ao Primeiro Outorgante deverão ser feitas por carta registada com aviso de receção e dirigidas ao Ex.mo Senhor Presidente do Município de Ourém, Praça D. Maria II, n.º 1, Ourém, 2490-499 Ourém;

Cláusula nona

(Entrada em vigor)

O Presente contrato de arrendamento produz efeitos desde o dia 2 de janeiro de 2018.



Cláusula décima (Legislação)

Em tudo o não previsto neste contrato, rege o disposto na Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto.

Cláusula décima primeira (Direito de preferência)

- 1. Que nos termos do novo regime jurídico de arrendamento urbano, reformulado pela Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto, a lei permite a venda do imóvel, não obstante o mesmo se encontrar arrendado;
- 2. A segunda Outorgante poderá exercer o direito de preferência numa eventual venda ou dação em cumprimento do imóvel descrito na clausula primeira.

Feito em Ourém, no dia de de 2018, em dois exemplares de cinco páginas, todas elas
devidamente numeradas e assinadas por cada um dos outorgantes.
O Primeiro Outorgante:
A Segunda Outorgante:



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OURÉM

PROJECTO ERASMUS +: "MOBILE APPS IN EDUCATION"

PREÂMBULO

As áreas da educação, formação, juventude, desporto e ação social constituem-se como os principais desafios com que a Europa se depara na atualidade e na próxima década. Estas áreas são reconhecidas como elementos-chave na Estratégia Europeia 2020 para superar a crise socioeconómica que afeta os países europeus.

Nesta lógica surge o Erasmus +, Programa da União Europeia para o período de 2014-2020, que procurará enfrentar os desafios com que a Europa se depara. O programa ERASMUS + deverá contribuir para a redução do abandono escolar, promover os valores europeus delineados no Tratado da U.E, desenvolver competências linguísticas e oportunidades de aprendizagem inovadoras e culturalmente enriquecedoras a alunos originários de meios desfavorecidos.

Neste contexto, entendemos de especial relevância o estabelecimento de formas de cooperação entre as diversas entidades públicas, que criem as condições favorecedoras ao desenvolvimento de projetos europeus, permitam processos de internacionalização do concelho e favoreçam as aprendizagens das crianças e jovens que frequentam estabelecimentos de ensino em Ourém.

Assim, celebra-se o presente protocolo de colaboração, que é subscrito pelas seguintes entidades:

Primeiro Outorgante: **Município de Ourém,** pessoa coletiva com o número 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, em Ourém, devidamente representado pelo excelentíssimo senhor presidente, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

e

Segundo Outorgante: **Agrupamento de Escolas de Ourém**, pessoa coletiva com o nº 600 082 881, com sede na EB 2, 3 Secundária de Ourém, Parque Municipal — Apartado 35, 2494-909 Ourém, devidamente representado pela excelentíssima senhora diretora, Sandra Margarida dos Santos Rodrigues Pimentel.

O presente protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:



CLÁUSULA I

Objeto

O presente protocolo tem por objeto criar as condições favorecedoras à execução do *Projeto Erasmus +: "Mobile Apps in Education"* da responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Ourém, contribuindo deste modo para a concretização do seu propósito fundamental, designadamente "a promoção pessoal, social e cultural dos alunos, professores e restante comunidade da Escola Básica 2/3 e Secundária de Ourém".

CLÁUSULA II

Obrigações assumidas pelos subscritores

O Município de Ourém, através do seu órgão Câmara Municipal obriga-se a:

- Colaborar nos transportes dos alunos, docentes e comitivas europeias, de acordo com a disponibilidade dos serviços e mediante requisição prévia a apresentar pelo segundo outorgante;
- 2. Apoiar na definição e implementação do Programa das Mobilidades;
- 3. Disponibilizar conteúdos promocionais do Município;
- 4. Prestar apoio técnico, logístico ou outro que se considere ajustado à concretização do objeto em apreço.

O Agrupamento de Escolas de Ourém, obriga-se a:

- Implementar o projeto, de acordo com os termos da sua aprovação, dando cumprimento a todas as ações nele previstas;
- 2. Promover o Município nas diferentes cidades e países parceiros do projeto.

Cláusula III

Vigência

O presente protocolo produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018 e termina a 31 de agosto de 2019, data do *terminus* do projecto, podendo ser prorrogado em função da dinâmica do projecto ou denunciado por escrito, por qualquer um dos subscritores, com a antecedência mínima de sessenta dias em relação ao seu termo.



Cláusula IV

Disposições finais

O presente protocolo é constituído por três páginas, que serão rubricadas por ambos os subscritores, à excepção da última, que contém as respectivas assinaturas.

MUNICÍPIO DE OURÉM
O Presidente da Câmara

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OURÉM
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OURÉM
A Diretora

Luís Miguel Marques Grossinho
Coutinho Albuquerque
Sandra Margarida dos Santos
Rodrigues Pimentel